

“A Europa começa nas suas regiões, municípios e aldeias”



4 de março de 2022

Enquanto dirigentes locais e regionais da União Europeia (UE), queremos uma UE que responda de forma mais eficaz às necessidades e aspirações dos cidadãos.

1. As suas 240 regiões e 90 000 municípios e os mais de 1,2 milhões de dirigentes políticos eleitos a nível local e regional, em representação de mais de 450 milhões de cidadãos, são os alicerces da democracia da UE. Nascida na «polis» como fenómeno local há cerca de 2 500 anos, a democracia só poderá sobreviver na UE se estiver firmemente enraizada no território e for praticada quotidianamente.

2. A democracia é aceite se for legitimada pela confiança dos cidadãos e produzir resultados ao nível mais próximo das pessoas. Entendemos, portanto, que é imperioso promover um modelo de «Casa da Democracia Europeia» assente numa tripla legitimidade, a saber, fundações sólidas – representadas pelos órgãos de poder local e regional –, paredes fortes – os 27 Estados-Membros – e uma cúpula protetora – assegurada pela UE.

Adotar uma abordagem da base para o topo na tomada de decisões nas instituições da UE aproximará a União Europeia dos corações e das mentes dos seus cidadãos e restabelecerá a confiança na União enquanto projeto democrático com uma sólida representação eleitoral que respeite a igualdade de género.

3. As eleições são um instrumento fundamental para o funcionamento da democracia representativa através do trabalho dos partidos políticos. Cumpre assegurar que os principais temas europeus não são debatidos apenas por ocasião das eleições europeias, de cinco em cinco anos, mas também das eleições nacionais, regionais e locais, tendo em conta que 70% da legislação da UE é aplicada a nível local e regional.

4. Para ser mais democrática, a UE tem de colmatar o atual défice de legitimidade

política e jurídica e fazer das suas regiões, províncias e municípios parte integrante dos mecanismos de decisão no âmbito das atuais disposições do Tratado ou de eventuais futuras alterações às mesmas.

5. Por conseguinte, solicitamos que o Comité das Regiões Europeu deixe de ter uma função exclusivamente consultiva e que lhe seja gradualmente conferido um papel vinculativo num número limitado de domínios de ação com uma clara dimensão territorial, evitando, ao mesmo tempo, uma complexidade acrescida na UE. Ter devidamente em conta a experiência e o conhecimento especializado dos órgãos de poder local e regional na elaboração e aplicação da legislação da UE conduzirá a uma melhor regulamentação e a uma maior legitimidade democrática na UE.

É possível reforçar o princípio da subsidiariedade facilitando o acesso do Comité das Regiões Europeu às negociações entre as instituições da UE sobre as propostas legislativas (trílogos) e conferindo aos parlamentos regionais, em circunstâncias devidamente definidas, um papel formal na apresentação de propostas legislativas da UE.

6. Exortamos a que se tire partido da experiência da Conferência sobre o Futuro da Europa para desenvolver um diálogo permanente e de base local com os cidadãos, enquanto mecanismo participativo que estabeleça uma melhor ligação entre a UE e as realidades a nível local, regional e nacional e assegure que os cidadãos recebem um retorno de informação sobre as suas ideias e preocupações, com a participação sobretudo dos jovens. As associações territoriais nacionais e europeias, juntamente com o Comité das Regiões Europeu e as suas redes de jovens políticos eleitos e de conselheiros regionais e locais da UE, estão dispostos a facilitar este processo.

7. Solicitamos à Conferência sobre o Futuro da Europa que reafirme a «coesão» en-

quanto valor fundamental que norteia todas as políticas da UE, no respeito pelos princípios da parceria e da governação a vários níveis.

8. Reclamamos que se reforce a resiliência na UE, mediante uma participação clara dos órgãos de poder local e regional na conceção e execução das políticas sociais, climáticas, ambientais, energéticas e digitais, e o acesso direto destes órgãos ao financiamento da UE em domínios no âmbito das suas competências.

9. Apoiamos uma União Europeia da Saúde que confira à UE as competências necessárias para reagir rapidamente a crises sanitárias, sem deixar de respeitar os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

10. Reclamamos a adoção de uma agenda rural europeia voltada para o futuro, que melhore a integração urbano-rural e conduza a uma revitalização sustentável das comunidades rurais.

11. Exortamos a UE a tirar partido dos fortes laços criados ao longo dos anos com os órgãos de poder local e regional dos países vizinhos e dos países do alargamento e a construir o Estado de direito e a boa governação a partir da base.

12. Para reconquistar a confiança dos cidadãos, precisamos de renovar o funcionamento da democracia e dos valores europeus através da educação e da cidadania, em especial entre os jovens e nas regiões transfronteiriças, promovendo simultaneamente o respeito da igualdade de oportunidades.

Trabalhemos juntos em prol de uma democracia que produza resultados e aproxime a Europa dos seus cidadãos.

